

TCU

Tribunal realiza auditoria nas principais políticas públicas federais de biocombustíveis

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria operacional na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Ministério de Minas e Energia (MME), no Ministério da Economia (ME) e no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a fim de verificar se as políticas públicas federais de biocombustíveis estão atingindo os objetivos a que se destinam e se têm alinhamento entre si e com outras iniciativas transversais.

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tribunal-realiza-auditoria-nas-principais-politicas-publicas-federais-de-biocombustiveis.htm>

Processos de desestatização dos portos de São Sebastião/SP e de Itajaí/SC deverão ser ajustados

O Tribunal de Contas da União, sob a relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues, determinou que os processos de desestatização dos portos de São Sebastião (SP) e Itajaí (SC) precisarão ser ajustados. O relator apontou incoerência na finalidade da criação de conta vinculada, de titularidade da concessionária, que teria como propósito recompor equilíbrios econômico-financeiros dos contratos e realizar pagamento de indenizações em ambos os portos.

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/processos-de-desestatizacao-dos-portos-de-sao-sebastiao-sp-e-de-itajai-sc-deverao-ser-ajustados.htm>

Ministério da Saúde deve aprimorar sistemas e gestão do Programa Farmácia Popular

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria no Programa Farmácia Popular (PFPB) do Brasil para verificar a implementação das sugestões feitas pelos órgãos de controle para minimizar o risco de fraudes e desvios de recursos públicos. A fiscalização monitorou as determinações previamente feitas pelo Tribunal aos responsáveis e atendeu à Solicitação do Congresso Nacional.

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/ministerio-da-saude-deve-aprimorar-sistemas-e-gestao-do-programa-farmacia-popular.htm>

TC-DF

TCDF libera licitação para implantação das Etapas 3 e 4 do Aterro Sanitário de Brasília

O Tribunal de Contas do Distrito Federal autorizou a continuidade da licitação para contratação de empresa que será responsável pela implantação, operação e manutenção das Etapas 3 e 4 do Aterro Sanitário de Brasília desde que o Serviço de Limpeza Urbana do DF (SLU) faça ajustes no orçamento estimativo dos serviços. Essas correções representam cerca de 1% do orçamento total, atualmente estimado em R\$ 159 milhões.

<https://www2.tc.df.gov.br/tcdf-libera-licitacao-para-implantacao-das-etapas-3-e-4-do-aterro-sanitario-de-brasilia/>



TCE-MA

Verbas do SUS: auditores do TCE concluem fiscalização em mais quatro municípios

Uma equipe de 12 auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) percorreu, na semana passada, os municípios de Pedreiras, Caxias, Fernando Falcão e Governador Luis Rocha. A visita foi uma nova etapa da auditoria de conformidade em execução contratual na área de Saúde iniciada no ano passado, a partir de denúncias veiculadas na imprensa nacional envolvendo um suposto esquema milionário de desvio de verbas do chamado “orçamento secreto”.

<https://www.tcema.tc.br/index.php/noticias/2542-verbas-do-sus-auditores-do-tce-concluem-fiscalizacao-em-mais-quatro-municipios>

TCE-RN

Tribunal de Contas entrega selos de qualidade em transparência para prefeituras e câmaras do RN

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) entregou o Selo de Qualidade em Transparência Pública para prefeituras e câmaras de vereadores do RN. De um total de 335 avaliados, foram 19 jurisdicionados contemplados com o selo diamante, 16 com o selo ouro e 29 o selo prata, avaliados a partir de critérios estabelecidos no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

<https://www.tce.rn.gov.br/Noticias/NoticiaDetalhada/4333#gsc.tab=0>

TCE-SC

Administração pública deve garantir ampla e irrestrita acessibilidade nas escolas

Imagine que uma pessoa com limitações para se locomover precise ir a um prédio público onde as rampas tenham problemas de inclinação e o piso utilizado não garanta uma superfície regular, firme, estável, antiderrapante (seca ou molhada) e não trepidante para equipamentos como cadeira de rodas.

<https://www.tcesc.tc.br/administracao-publica-deve-garantir-ampla-e-irrestrita-acessibilidade-nas-escolas>

